



**LEI Nº 821/1989**

***“Orça a Receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1990.”***

A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Entre Rios de Minas para o exercício financeiro de 1990, distribuído pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em NCZ\$ 26.500.000,00 (Vinte e seis milhões e quinhentos mil cruzados novos).

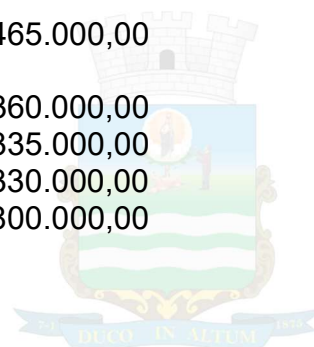
Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observado o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	490.000,00
Receita Patrimonial	1.000.000,00
Receita Industrial	160.000,00
Transferências Correntes	15.520.000,00
Outras Receitas Correntes	<u>165.000,00</u>
	17.335.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens Imóveis e Imóveis	10.000,00
Transferências de Capital	7.800.000,00
Outras Receitas de Capital	<u>1.355.000,00</u>
	9.165.000,00

**TOTAL DA RECEITA ESTIMADA 26.500.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuída por órgãos da Administração, e conforme o seguinte desdobramento:

a) – DESPESA POR ÓRGÃO	
1 – LEGISLATIVO	
1.1 - Secretaria	465.000,00
2 – EXECUTIVO	
2.1 – Gabinete e Secretaria da Prefeitura	2.360.000,00
2.2 – Serviço Municipal da Fazenda	335.000,00
2.3 – Serviço Municipal de Contabilidade	330.000,00
2.4 – Serviço de Educação e Cultura	5.800.000,00





2.5 – Serviço de saúde Saneamento, assistência e Previdência	8.275.000,00
2.6 – Serviço Municipal estradas Rodagem	3.780.000,00
2.7 – Serviços Urbanos	<u>5.155.000,00</u>
	26.500.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>26.500.000,00</b>

b) – DESPESAS POR FUNÇÕES PROGRAMATICAS:

01 – Legislativa	465.000,00
03 – Administração e Planejamento	1.566.000,00
04 – Agricultura	1.459.000,00
05 – Comunicações	95.000,00
08 – Educação e Cultura	5.800.000,00
10 – Habitação e Urbanismo	5.060.000,00
13 – Saúde e Saneamento	6.691.000,00
15 – Assistência e Previdência	1.584.000,00
16 – Transporte	<u>3.780.000,00</u>
	26.500.000,00

c) – DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

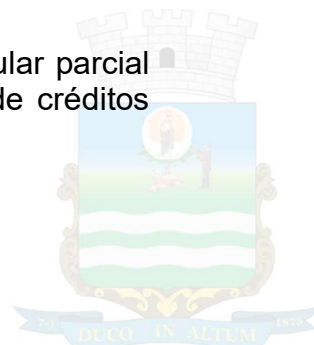
3.0 – DESPESAS CORRENTES	12.600.000,00
3.1 – Despesas de Custeio	11.438.000,00
3.2 – Transferências Correntes	1.162.000,00
4.0 – DESPESAS DE CAPITAL	13.900.000,00
4.1 – Investimentos	13.865.000,00
4.2 – Inversões Financeiras	35.000,00

Art. 4º - Integram a presente Lei, os anexos mencionados na Lei Federal n 4.320 de 17 de Março de 1964, bem como os estabelecidos pelas Portarias Ministerial.

Art. 5º - O Executivo Municipal é autorizado a aumentar a Receita estimada pela presente Lei orçamentária, no limite do superávit Financeiro apurados nos termos do parágrafo 2 do artigo 43, da lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, como recursos à abertura de créditos adicionais e/ ou Suplementares.

Art. 6º - A importância do excesso de arrecadação, verificada em cada consignação da Receita, poderá igualmente, ser incorporada na receita estimada pela consignação ou consignações em que verificarem tais excessos, também como recursos à abertura de créditos Adicionais e/ou Suplementares.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, como recursos a abertura de créditos adicionais e/ou Suplementares.





Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado abrir créditos Adicionais e/ou Suplementares as dotações deste Orçamento até o limite dos recursos resultantes da aplicação dos artigos anteriores.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da Receita estimada, até o limite correspondente a 25% (Vinte e cinco por cento) do total do orçamento da Receita.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 03 de Novembro de 1989.

Arnaldo de Oliveira Resende – Prefeito Municipal

